

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um império em movimento: itinerários particulares e vínculos globais durante a Monarquia Hispânica

Sylvia Brandão Ramalho de Brito

Universidade de Salamanca

sylviabrito@usal.es

Introdução

Um emaranhado de novas relações e conexões que emergiu com os descobrimentos e a expansão europeia possibilitou a constituição do que seria um “sistema-mundo moderno”. Para Wallerstein (1990, p. 106), teria sido a articulação de um centro com periferias (América) e semiperiferias (Espanha) em escala mundial que explicaria a existência de um sistema mundial capitalista na transição do século XV para o XVI. A incorporação dos territórios americanos a esse espaço europeu da economia-mundo teria sido a gênese do chamado por ele de “sistema-mundo moderno”. Esse alargamento, estimulado pelos descobrimentos, não foi apenas geográfico, mas também econômico. A expansão marítima encetada por portugueses e castelhanos teve repercussão muito mais abrangente: “entrelaçou o mundo de tal modo que quase todos os habitantes da terra passaram a formar uma rede única de contato, comunicação, contágio e intercâmbio cultural” (FERNÁNDEZ-ARMESTO, 2017, p. 9). E foi nesse ambiente que se sucederam as ações e os acontecimentos iniciados durante o período em que as duas Coroas ibéricas estiveram unidas entre 1580 e 1640.

No decorrer do século XVII, houve uma ampliação do espaço atlântico, sobretudo, quando a Monarquia Hispânica incorporou as possessões portuguesas localizadas na América, Ásia e África. Essa mudança de escala ajudou a promover conexões transatlânticas que mudaram o rumo e, de certa forma, a velocidade da história. Esse Império ibérico de dimensões planetárias facilitou a circulação de tropas militares, agentes políticos, religiosos e burocratas régios. Há alguns anos, vem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ganhando corpo uma revisão dos modelos teóricos que explicavam o funcionamento da Monarquia Hispânica e a sua relação com os seus territórios atlânticos. Esses estudos proporcionaram a compreensão de diferentes matizes. O equilíbrio sistêmico estaria na articulação das diferentes partes. Esses temas permitiram superar as consagradas e estáticas oposições permitidas entre Reino e suas possessões, trazendo à tona uma realidade multiforme.

O papel das redes mercantis durante a União Ibérica

As redes políticas, militares, comerciais e administrativas, favoreciam movimentações no sistema macro, mas também no micropolítico, dando forma a uma realidade nova, que, analisada a partir deste ângulo, levanta questões importantes para a compreensão do funcionamento da Monarquia Hispânica. As redes e as conexões imperiais começaram a ser compreendidas de uma forma diversa da abordagem clássica, privilegiando, diferentemente, o entendimento do processo histórico. A partir daí, alguns estudos sobre as conexões imperiais começaram a ser desenvolvidos permitindo uma inovação com relação à apreciação investigativa do período. Uma nova historiografia passou a abordar a constituição das monarquias e dos Impérios coloniais modernos a partir de outra perspectiva.

De acordo com Bartolomé Yun Casalilla (2009, p. 12), a circularidade de agentes políticos durante a União Ibérica promovia o reconhecimento régio e possibilitava o acesso às benesses pelos serviços militares prestados no mundo ultramarino. Isso era feito devido ao alto grau de negociação que havia entre o “centro” e suas periferias. Para se fazer a história dos territórios atlânticos faz-se necessário levar em consideração os vínculos remotos que conectavam essas diferentes regiões dos continentes – as chamadas periferias “*were integral parts of this organic whole and functioned as parts of it*” (TEPASKE, 2002, p. 36). Com a união das duas coroas ibéricas, em finais do século XVI, houve uma ampliação sistemática da escala nas conexões e circulações suscitadas no período.

A instalação da nova Monarquia durante o período da União Dinástica representou para a Casa dos Habsburgo encargos abrangentes e complexos, a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

considerar-se a amplitude das possessões portuguesas incorporadas. A chamada monarquia universal havia se tornado bastante poderosa, estendendo suas malhas pelo mundo. Conforme discorre Serge Gruzinski (2003, p. 326), esse fenômeno de mundialização manifestou-se por uma mudança sistemática de escala. A Monarquia marcava presença em lugares díspares no espaço e na história. A anexação de Portugal representava a ampliação da estratégia voltada para o Atlântico e a incorporação de novos súditos espalhados pela Europa, África, Índias Orientais e América, nos territórios que estariam sob o jugo da Coroa dos Habsburgo.

A circulação e os intercâmbios ocorriam, ao mesmo tempo, no “centro” e em todas as fronteiras da Monarquia. As vinculações transatlânticas que se constituíram naquele contexto têm sido objeto de novos questionamentos nos estudos históricos, acerca dos movimentos periféricos e suas relações com a centralidade do Império Habsburgo. Este é o desafio para quem se propõe a estudar o impacto da União Dinástica sobre o mundo atlântico: pensar as múltiplas interações entre as partes continentais que compunham aquele conglomerado territorial, contínuo e descontínuo, que constituía a Monarquia.

A partir do governo dos Filipes, a América portuguesa deixou de ser uma parte meramente acessória no ambiente geopolítico da época para integrar-se, efetivamente, ao complexo atlântico da Monarquia Hispânica. Observando-se em uma escala mais ampla, constata-se que o período da União das Coroas foi um momento crucial para a história do recente Brasil. Do ponto de vista geopolítico, a região saiu de uma posição relativamente localista, para inserir-se nas tratativas que se davam no cenário mundial. A presença e a atuação da Monarquia Hispânica no Brasil refletiram-se na ampliação das fronteiras, a exemplo das conquistas da Paraíba e do Maranhão, que foram importantes para o alargamento da ocupação territorial. Este também foi um período vantajoso com relação ao intercâmbio de mercadorias, de recursos humanos, de ideias e de experiências. Os ibéricos, nas empreitadas do complexo oceânico, desenvolveram muito mais a colaboração entre eles do que exercitaram suas rivalidades, apesar de algumas ocorrências registradas durante as campanhas de conquista da Paraíba, em que se configurou uma patente oposição entre os portugueses e castelhanos envolvidos na construção da ordem colonial.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A União Ibérica trouxe consigo, ainda, uma rede ampla de estruturas burocráticas que visavam controlar, organizar e explorar o império ultramarino. Pena, tinta e papel eram os instrumentos que a Monarquia Hispânica dispunha, embora existisse uma pluralidade de organismos intermediários, ou como explicou Gil Pujol (2006, p. 289), uma “*red humana de relaciones, mediaciones y clientelas*”. Essa imensa potestade que era a Coroa dos Habsburgo, com suas incontáveis correspondências, ordens e instruções passadas pela Corte, governada por um “*rey papelero*”, cuidava de reger uma máquina complexa que se movia, concomitantemente, em várias direções (BRAUDEL, 1972, p. 372).

Durante o desenrolar da União Ibérica, constata-se um incremento das redes políticas, comerciais e sociais, que se referenciavam entre si, promovendo circulações entre os dois lados do Atlântico. Uma nova configuração política de dimensões globais começou a tomar uma forma mais clara. Esses deslocamentos não eram apenas de personagens efetivamente, mas também de burocracias, conhecimento e instituições, como foi o caso do Santo Ofício, que foram trasladados para o mundo ultramarino. Como explicou Gruzinski (2010, p. 82), essa mundialização dos ibéricos ganhou contornos magistrais, houve uma “*planetarización de los horizontes*”. As conexões sociais gestadas nessa época, em espaços intercontinentais, trouxeram à tona uma nova conformação política e diferentes sujeitos. Bartolomé Yun Casalilla utiliza o conceito de transnacionalização para demonstrar, por exemplo, o processo que motivava a circulação das elites e a conseqüente fecundação de redes justapostas por essas mesmas elites. Esse processo, conforme Yun Casalilla (2009, p. 11-35), favorecia a internacionalização do próprio império hispânico. As redes que se entrecruzavam, mesmo localmente, foram estimuladas muitas vezes através de conexões transatlânticas.

A conquista da Paraíba: oportunidades e negócios

A União Ibérica trazia na sua constituição uma amálgama de oportunidades. Conforme Guida Marques (2009, p. 271), especialmente, as novas capitânias reais constituíam-se em lugares “*d’opportunités et d’ascension sociale, et révèlent alors l’importance de l’administration royale dans la formation des élites locales*”. Nesse

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

emaranhado de situações coexistiam e entrelaçavam-se a estratégia da Coroa e os interesses das elites. Era nesse panorama que medravam as redes comerciais locais (estas, por sua vez, conectadas a redes externas mais complexas). É interessante mencionar, dentro da diversidade desse cenário, os vínculos que existiam entre a elite e os mercadores locais e suas conexões transatlânticas com a Corte, que se estendiam para outras ligações muitas vezes periféricas, mas que complementavam a rede de financiamentos e de comércio. O caso da conquista da região da Paraíba pode ser considerado para exemplificar essa rede de conexões comerciais e de financiamentos que envolviam a colônia e a praça de Lisboa com os liames a ela aderentes. Em 1584, quando da expedição destinada à Paraíba, comandada pelo general Diego Flores de Valdés, a Fazenda Real utilizou recursos de terceiros ao contrair um empréstimo com o milanês Giovanni Batista Rovellasca¹, na época um dos principais mercadores estabelecidos na Corte.

A participação de grandes comerciantes no financiamento da empresa colonial da conquista da Paraíba é um fato inédito na historiografia, nunca antes mencionado nos estudos sobre a expansão atlântica. Encontramos um manuscrito referente a um empréstimo de 1:804\$151 que foi tomado por Valdés a Rovellasca, em fevereiro de 1584, quando o general asturiano se encontrava na Bahia, com a finalidade de suprir a armada que navegaria para Paraíba, empréstimo que foi contraído através de Pedro de Arche² que seria agente de Rovellasca na colônia. O documento trata de uma consulta feita ao *Consejo de Indias*, datada de 16 de outubro de 1586, em que se instava à Coroa para que fosse regularizado o pagamento do empréstimo que havia sido fornecido, havia dois anos, por Rovellasca³. No memorial da solicitação é explicitado que Rovellasca,

¹ Encontra-se na documentação, o mesmo nome escrito de formas distintas, com variantes como: “João”, “Juan”, “Giovanni”; “Batista”, “Battista”, “Baptista”, “Bautista”; “Rovelasca”, “Rovelasco”, “Rovellasca”.

² Encontramos Pedro de Arche mencionado em um documento de 19 de dezembro de 1630 atestando que o mesmo havia atuado na “Junta de Armadas”, no mesmo ano. Archivo General de Simancas. AGS, Guerra Antigua. Legajo 3154, Doc. 45.

³ Archivo General de Indias. AGI, Consulta del Consejo de Indias. Indiferente, 740, n. 283. Sobre el memorial de Juan Bautista Rovelasca, que solicita el pago de lo que se le debe de la flota de Diego Flores de Valdés. “*Hauiendose de tomar quantas a Diego Flores y a los offiçiales de la armada del dinero que han recibido y gastado bien se podra entretener esto hasta que se vea las que dan y como quedan*”. f. 1-4.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

utilizando-se do seu procurador no Brasil, havia comprado, na ocasião, mantimentos e abastecido a armada de Valdés.

Giovanni Battista Rovellasca ou Juan Bautista Rovelasca, como aparece grafado em grande parte dos documentos existentes nos arquivos estatais espanhóis⁴, foi um mercador italiano de origem milanesa que, em 1577, se instalou em Lisboa (SCHWARTZ, 2004, p. 264). Rovellasca obteve grande destaque como contratador da Carreira da Índia, vinculando-se ao negócio da pimenta, tendo, na década seguinte, iniciado no comércio de escravos, no qual celebrou um expressivo “*asiento con Felipe II, mediante el cual podía llevar desde 1584 a 1590, 1800 esclavos a cualquier punto de Indias, a razón de 300 por año, pagando a la Corona 1/3 líquido de lo obtenido en la venta*” (LORENZO SANZ, 1979, p. 69). Além disso, Rovellasca exerceu atividades, em Lisboa, como contratador das alfândegas (ALMEIDA, 2009, p. 711). O milanês fazia parte da nova elite mercantil que emergiu em Portugal, em finais do século XVI, assumindo o predomínio do comércio local (FRADE, 2015, p. 415-444). Para Benedetta Crivelli (2012, p. 1), Rovellasca tornou-se interlocutor privilegiado dos grupos mercantis estrangeiros, “mantendo, simultaneamente, uma ligação muito forte com a comunidade de origem, que garantia o fornecimento dos recursos financeiros necessários para as suas atividades comerciais”. Rovellasca tinha como parceiros comerciais figuras renomadas como: André Ximenes⁵, José Rodrigo Solis⁶ e Heitor Mendes de Brito⁷.

A Monarquia organizou toda uma rede de feitorias, instituindo um sistema fiscal de tributação, vendendo concessões e promovendo a arrematação fiscal. Essa venda do monopólio régio aos mercadores e arrematantes privados, conforme Alencastro (1998,

⁴ Nomeadamente, Archivo General de Indias e Archivo de Simancas.

⁵ André Ximenes esteve à frente dos negócios de sua família na Antuérpia na década de 1570. Por volta de 1590, participou do contrato da pimenta. Ximenes aparece frequentemente na documentação como contratador do contrato do pau-brasil entre os anos de 1607 e 1612. AGS, Secretarías provinciales, Libro 1500, f. 44v. Stadsarchief Amsterdam. SAA, NA 374/145- 147v.

⁶ José Rodrigo Solis aparece como contratista da pimenta na década de 1590. (FRADE, 2006, p. 249).

⁷ A família Mendes de Brito fazia parte dos negócios ligados à Rota do Cabo, mas cada vez mais se ligavam à Rota das Índias de Castela, diversificando os seus negócios. No início do século XVII, passaram a ser *asientistas*. Entre os seus membros mais importantes estava Heitor Mendes de Brito, conhecido como: Heitor Mendes de Brito, o Rico. (FRADE, Idem, p. 163-164).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

p. 197), “não se apresenta como um ato unilateral do poder monárquico, mas como uma contrapartida dos direitos consagrados da monarquia”. Ao assumir a Coroa portuguesa, em 1580, Filipe II manteve, em regra, os contratos que haviam sido firmados anteriormente à sua assunção ao trono. No entanto, em 1584, algumas falhas na execução de alguns desses termos, dentre eles o de comercialização da pimenta, que tinha como uma das partes contratantes Giovanni Battista Rovellasca, fizeram com que o monarca determinasse a suspensão da contratação com o mercador milanês. No entanto, dois anos depois, a Monarquia dos Habsburgo decidiu-se pela renovação do termo contratual com Rovellasca (ALESSANDRINI, 2016, p. 133). É interessante se observar que o empréstimo feito por Rovellasca à Fazenda Real, para suprir as necessidades da armada que ia combater os franceses que estavam instalados na região do rio Paraíba, ocorreu justamente no período que antecedeu a retomada dos negócios de Rovellasca com a Coroa. A primeira consulta sobre a cobrança de “1.804.151 reales portugueses por parte de Juan Bautista Rovelasca que se le adeudaban del préstamo que un factor suyo hizo en Brasil” ocorreu em 16 de outubro de 1586, sendo seguida por outra de 11 de janeiro de 1587⁸. A solicitação rogava que fosse agilizado o pagamento do empréstimo feito por Giovanni Battista Rovellasca à frota de Diego Flores de Valdés com o objetivo de conquistar a Paraíba. Não há informação acerca do recebimento dessa quantia, mas muito provavelmente o empréstimo foi liquidado, já que Rovellasca continuou em alta conta no Reino, mantendo seus contratos e sua atuação até, pelo menos, 1598, conforme se extrai da documentação oficial⁹. Na época, havia uma estreita ligação entre a finança pública e os capitais privados, não sendo incomuns operações de crédito como a que envolveu Rovellasca e a esquadra de Valdés, apesar de não termos encontrado nenhum outro crédito do mercador milanês a empreendimentos de ordem inteiramente militar, como foi o caso da expedição à Paraíba.

Em um documento de 1590 encontramos mais transações envolvendo o nome de Rovellasca com a Bahia. Uma procuração passada por João Álvares a Pedro da Costa e

⁸ AGI, Consulta del Consejo de Indias. Reales Decretos. Indiferente General, 614.

⁹ Em 1598, encontra-se “Juan Bautista Rovelasca o Ruy Velasco”, solicitando um novo registro de “110 esclavos negros sin pagar derechos, respecto a que los satisfizo, quando sacó el primero, que se perdió, quando robaron el navío, en que iban, los corsarios ingleses.” AGI, Casa de la Contratación, 746, N. 10.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Francisco da Costa, irmãos, moradores em Lisboa, os quais iam para o Brasil, e a Francisco de Araújo, morador em Salvador da Bahia, determinava que se deveria cobrar de Sebastião de Faria, senhor de engenho na Bahia, “tudo o que lhe deve de umas letras que passou no ano de 1583 sobre João Baptista Revelasco, no total de 152000 reais”¹⁰. Sebastião de Faria foi um senhor de engenho na Bahia que, segundo Frei Vicente do Salvador (1982, p. 424), fez mais do que muita gente, o qual “lhe largou as suas casas com todo o serviço, e o banqueteu, e aos seus familiares e apaniguados oito meses, que aqui estiveram, só por servir a el-rei, sem por isso receber mercê alguma, porque serviços do Brasil raramente se pagam”. Já que os serviços no Brasil poderiam não se pagar, os do Reino pareciam ser mais eficientes. Esse fato, mais uma vez, reforça que havia um importante fluxo de viagens: homens de negócio, mercadores, cristãos novos, familiares, procuradores. A intensidade dessas relações de contato e contratos, entre os que ficavam na colônia e os que viviam no reino, foi uma constante. Assim, um mercador inserto na rede transcontinental de negócios e comércio, de grande reputação, como era o caso de Giovanni Battista Rovellasca, mantinha seus interesses também direcionados para Brasil, mesmo os tratos não sendo, aparentemente, tão rentáveis como seriam empréstimos de pouca monta concedidos à Coroa. A Monarquia Hispânica constituía-se, portanto, em um espaço atrativo de oportunidades e para se fazer negócios.

Considerações finais

Conforme Rafael Valladares (2006, p. 327-350), a história da Monarquia Hispânica é uma história do Atlântico e não pode dispensar um sistema esquemático comparativo. A expansão do território ocorria em uma escala atlântica (não apenas da costa para o interior). Bahia, Pernambuco, Paraíba, faziam parte de uma rede de conexões que incluía, simultaneamente, Lisboa, Madri, Luanda, Cartagena. É válido recordar que a América portuguesa não era apenas uma ramificação das redes da

¹⁰ Arquivo Distrital do Porto (ADP), Notas para escrituras diversas, Cartório Notarial da Vila do Conde, I/36/4 - 4.1015, f. 18v-20v.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Europa, mas se construiu também a partir de um estreito vínculo com a África, como alertou Luiz Felipe Alencastro (2000) em *O Trato dos Viventes*

Esses estudos trouxeram maior abrangência ao tema permitindo o entendimento das formas de relação que podiam existir - e existiam - entre o poder local e o poder régio, fora da concepção clássica que buscava um modelo geral explicativo que servisse para o império. A alteração na forma de entendimento das próprias relações travadas entre o governo “central” e suas ramificações locais nos permite enfocar as experiências pessoais e institucionais vivenciadas nos territórios além do Atlântico.

Era possível atuar no espaço da Monarquia com movimentos que ultrapassavam as fronteiras jurisdicionais. Essa mobilidade de articulação transcendia as fronteiras formais. O sistema mostrava-se engenhoso. Os súditos e o poder local eram partícipes desse dinamismo político, podendo, de certa forma, intervir no curso dos acontecimentos. Essas relações com o “centro” tornavam-se possíveis porque eram construídas a partir de combinações e acordos entre as várias partes que compunham o mosaico monárquico.

As primeiras décadas da união das duas coroas ibéricas se constituíram em “anos cruciais” para o Estado do Brasil, para usar uma expressão de Diego Gonzalo Rivero (1981, p. 256). Fazia parte do plano da Monarquia Hispânica assegurar suas possessões, estabelecer o controle de suas fronteiras e realizar uma reforma administrativa que fizesse com o que o Brasil canalizasse os recursos que necessitava. Além da modernização paulatina do sistema de governança, houve também importantes mudanças na legislação que era aplicável à colônia. Desde 1603, as Ordenações Filipinas orientaram e regularam a burocracia colonial, organizando a construção de engenhos, a distribuição de sesmarias, a fiscalização do comércio, a organização dos ordenados e ofícios, além dos cuidados com a defesa da região, com a devida contabilização das despesas com as fortificações que existiam e estabelecendo o regramento da atuação dessas instalações militares. Durante o período da União Ibérica, foi registrada, também, uma intensa intervenção por parte da Monarquia, promovendo a promulgação de novas leis que tratavam da política indigenista, ao mesmo tempo em que havia uma certa intenção em diminuir o poder da Companhia de Jesus na América portuguesa. Ressaltamos, ainda, que foi durante o período da União Dinástica que se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

deu a criação de instituições como o Conselho da Índia e o Tribunal da Relação, que centralizou todo o aparato jurídico colonial na Bahia.

Novas abordagens sobre esse ambiente, como os estudos sobre a estruturação das redes, a circulação de notícias e a própria globalização, têm permitido um olhar diferente sobre a história colonial, entendendo o espaço americano como um território de mobilidade, que se articulava de variadas formas no tempo e no espaço. Problemas como o envio de tropas de socorro e construção de fortificações eram temáticas muito debatidas na Corte através das redes de informação cultivadas pela Monarquia.

Com este trabalho, esperamos contribuir para a construção de uma narrativa sobre o período em que o Brasil esteve subordinado à Monarquia Espanhola, reconhecendo nos pontos constituintes da história desses anos uma realidade multifacetada, interligada através de uma escala global. A questão da conquista da Paraíba foi examinada em função da cultura política da época, não sendo tratada de forma segmentada ou isolada, mas como aspecto integrante das dinâmicas atlânticas.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALESSANDRINI, Nunziatella. “Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, 2016.

ALMEIDA, A. A. Marques de (Dir.). **Dicionário Histórico dos Sefarditas Portugueses. Mercadores e Gente de Trato**. Lisboa: Campo da Comunicação, 2009.

BRAUDEL. **The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II**. Vol. I. New York: Harper and Row, 1972.

CRIVELLI, Benedetta. “Confiança e reputação: sucesso e declínio de um mercador italiano no comércio ultramarino da segunda metade do século XVI”. Comunicação no **XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social**, 16/17 de novembro de 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. **1492, o Ano em que o Mundo começou**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FRADE, Florbela Veiga. **As relações económicas e sociais das comunidades sefarditas portuguesas. O trato e a família. 1532-1632**. Lisboa: Tese de doutorado apresentada à Universidade de Lisboa, 2006.

GIL PUJOL, Xavier. **Tiempo de política. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2006.

GONZALO RIVERO, Diego. **Brazil: The Crucial Years (1570-1612)**. Athens: University of Georgia, 1981.

GRUZINSKI, Serge. **Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización**. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003.

LORENZO SANZ, Eufemio. **Comercio de España con América en la época de Felipe II. Los Mercaderes y el Tráfico Indiano**. Tomo I. Valladolid: Servicio de Publicaciones de la Diputación Provincial de Valladolid, 1979.

MARQUES, Guida. **L'invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union ibérique (1580-1640)**. Thèse pour obtenir le grade de Docteur discipline Histoire. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2009.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1627)**. 7ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

SCHWARTZ, Stuart. **Tropical Babels: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2004.

TEPASKE, John Jay. “Integral to empire: the vital peripheries of colonial Spanish America”. In: DANIELS, Christine. KENNEDY, Michael V. **Negotiated Empires: Centers and Peripheries in the Americas. 1500–1820**. New York: Routledge, 2002.

VALLADARES, Rafael. “Historia Atlántica y ruptura ibérica, 1620-1680. Un ensayo bibliográfico”. In: PARKER, Geoffrey (coord.) **La crisis de la Monarquía de Felipe IV**. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006, p. 327-350.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno. Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI**. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

YUN CASALILLA, Bartolomé. “Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII)”. In: YUN CASALILLA (dr.). **Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714**. Madrid, Marcial Pons. 2009, p. 11-35.